

## *O Problema das Predicações Singulares de Inexistência*

João Branquinho, Universidade de Lisboa

[jbranquinho@netcabo.pt](mailto:jbranquinho@netcabo.pt)

### **Introdução**

Este ensaio é uma reacção crítica à reacção crítica de Willard Quine contra uma velha doutrina metafísica, alegadamente obscura, por ele ironicamente baptizada de ‘A Barba de Platão’ (designação que abreviamos, daqui em diante, para ‘A Barba’). A Barba é a doutrina de que o não ser tem que, de algum modo, ser; caso contrário, argumenta-se, não se poderia sequer dizer dele aquilo que se tem obviamente de ser capaz de dizer dele: que não é. Barbas longas e não aparadas, com séculos de existência, como parece ser o caso desta, tendem naturalmente a emaranhar-se. Quine acha que a Barba é uma doutrina irremediavelmente obscura, que não há qualquer maneira de a desemaranhar. Nós, pela nossa parte, pensamos que o ataque de Quine à Barba não é conclusivo e que não é de todo líquido que não haja nenhuma maneira de a desemaranhar, que não haja nenhuma maneira de a tornar num ponto de vista, não apenas claro, como também plausível.

O nosso objectivo central é modesto. Queremos examinar a doutrina da Barba, bem como os argumentos que a suportam, e proceder a um escrutínio detalhado das objecções contra ela erguidas por Quine. Vamos chegar à conclusão de que os argumentos de Quine, em geral, não colhem. Mas isso deixa-nos com um grande problema por resolver, um problema sério acerca da natureza das predicações genuinamente singulares, ou *de re*, de inexistência. *Grosso modo*, trata-se do problema de explicar como é possível haver predicações desse género que são verdadeiras, como é possível haver afirmações que aparentemente são acerca de um certo objecto particular e nas quais aparentemente se diz com verdade desse objecto que é inexistente. Como é que isto pode ser? Como é que o paradoxo que parece estar aqui contido pode ser acomodado ou dissipado?

Neste ensaio, por razões de espaço, o problema em apreço é apenas identificado. Não é para ele proposta qualquer solução. Todavia, julgamos que o problema é parcialmente resolúvel através da adopção de uma tese semântica controversa mas, a nosso ver, correcta. Trata-se da tese de que nomes próprios e outros termos irreduzivelmente singulares são designadores, não apenas rígidos, mas obstinadamente rígidos, dos objectos que de facto designam. Isto significa o seguinte.

Uma vez atribuído a um desses termos singulares um objecto como sendo o referente do termo relativamente a um contexto de uso, o termo designará invariavelmente esse objecto com respeito a qualquer estado possível do mundo ou ocasião. Por conseguinte, tal objecto será o objecto referido pelo termo mesmo em relação a estados do mundo ou ocasiões nos quais o objecto em questão não exista. Se tal for correcto, a existência não é necessária para a referência. Podemos-nos referir àquilo que não existe.<sup>1</sup> Por conseguinte, podemos nessa base atribuir com verdade a inexistência a algo a que, todavia, nos somos capazes de referir através do uso de um termo singular obstinadamente rígido. Todavia, como dissemos, não vamos neste ensaio explorar esta ou qualquer outra estratégia para resolver o problema.<sup>2</sup> Queremos apenas identificá-lo como problema com o qual terá forçosamente de lidar quem quer que queira rejeitar a crítica de Quine à Barba e o tipo de solução por ele avançada para o enigma da não existência.

É importante notar que o alegado problema só é de facto um problema para quem queira, como o presente autor, subscrever a tese de que tudo existe, ou seja, a tese de que não há de todo objectos não existentes. Por outras palavras, o alegado problema não é um problema para um adepto do meinongianismo, definido aqui como a doutrina de que há objectos que não existem. Em todo o caso, introduzimos mais adiante, sem no entanto o subscrever, um ponto de vista neo-meinongiano acerca das predicções singulares de inexistência, um ponto de vista vagamente inspirado no trabalho de Terence Parsons (Parsons 1980).

Este ensaio divide-se em três partes. Na Parte 1, *A Barba*, introduzimos com algum detalhe a Barba de Platão e os argumentos que a suportam. Na Parte 2, *Quine contra a Barba*, discutimos criticamente o ataque desencadeado por Quine contra a Barba no seu célebre ensaio ‘On What There Is’ (Quine 1948). Na Parte 3, *A Barba Meinongiana*, exploramos uma versão neo-meinongiana possível e *prima facie* coerente da Barba, uma versão que surpreendentemente adopta duas teses que, à primeira vista, são oriundas do “inimigo”: a teoria das descrições definidas singulares de Bertrand Russell; e o descritivismo acerca do conteúdo semântico de nomes próprios e de outros termos singulares superficialmente não descritivos, um ponto de vista também defendido por Russell. O interesse desta posição neo-meinongiana é o

---

<sup>1</sup> No entanto, por razões que mencionamos daqui a pouco, daí não se segue, ou pelo menos não queremos que daí se siga, que há coisas que não existem.

<sup>2</sup> A tese da rigidez obstinada de uma certa classe de termos singulares é defendida em Branquinho 2003. A aplicação da tese ao problema das existenciais negativas é feita em Branquinho 2005.

seguinte. Se ela constituir de facto de uma posição coerente, então é errónea a suposição, presumivelmente atribuível a Quine, de que adoptar a conjunção daquelas duas teses é suficiente para erradicar de uma vez por todas uma ontologia alegadamente indesejável de objectos inexistentes.

## 1. A Barba

Vamos distinguir da seguinte maneira entre a doutrina da Barba e o argumento que suporta a doutrina.

A doutrina da Barba é a de que o não ser de alguma maneira é; de um modo talvez menos oracular, a doutrina é a de que há coisas que de alguma maneira, ou num certo sentido, não são. Naturalmente, a caridade obriga a que a doutrina seja tornada distinta da doutrina claramente auto-contraditória de que há coisas tais que não há dessas coisas; e isso pode ser feito através da introdução de precisões apropriadas nas expressões ‘de alguma maneira’ e ‘num certo sentido’ (como veremos daqui a pouco).

Alegados exemplos de putativas coisas daquelas são os seguintes: Pégaso, o mítico cavaleiro alado montado por Belerofonte; a Fonte da Juventude, a tal fonte de que Ponce de Leon andava à procura; Vulcão, o inexistente décimo planeta do sistema solar (o qual, no entanto, o astrónomo Leverrier julgava ter descoberto); a Montanha Dourada, a entidade mítica tantas vezes aludida na bibliografia metafísica; aquele oásis, uma miragem de alguém sedento a caminhar no deserto profundo; *Ninguém*, a pessoa meramente possível que teria resultado se um certo espermatozóide tivesse fecundado um certo óvulo; Sócrates, o filósofo que já não está entre nós; *Futura*, a primeira pessoa do sexo feminino a nascer no século XXII; unicórnios; mamíferos voadores que respiram debaixo de água; quadrados redondos; e mais outras quimeras e também outras não quimeras (note-se que se forem algo, Vulcão, Sócrates, *Futura* e *Ninguém* não são certamente quimeras!).

Eis agora o argumento que suporta a Barba, tomado na sua variante mais usual, a de uma *reductio ad absurdum*. Suponhamos que o não ser não é, que não há o não ser. Suponhamos, por exemplo, que Pégaso não é, que não há Pégaso. Esta parece uma suposição razoável, não parece? (Objectar que há Pégaso porque ele está “na nossa cabeça” é claramente irrelevante!) Ora aquilo que não é, ou que não há, *a fortiori* também não existe. Isto é o caso mesmo que queiramos de algum modo distinguir entre ser ou haver, de um lado, e existir, do outro: pode não existir algo que há (concedamos), mas não pode não haver algo que existe. Assim, que Pégaso não existe

é uma afirmação verdadeira, um caso particular da inexistência do não ser. Mas esta ser uma afirmação verdadeira exige por sua vez que haja algo, o alado cavalo, do qual estejamos falar e ao qual estejamos a negar existência. Logo, se o não ser não é, se não há o não ser, então o não ser é, há o não ser; donde se segue por lógica elementar que o não ser é, que Pégaso é, que há Pégaso.

E eis o argumento que suporta a Barba tomado na sua variante *modus ponens* (aproximadamente), a variante na qual nos vamos concentrar:

**Premissa 1:** Uma condição necessária para uma afirmação singular de não existência, uma frase da forma **a não existe** (em que **a** é um termo singular), ser verdadeira é haver algo que seja referido (designado, denotado) pelo seu sujeito gramatical **a** e que satisfaça o predicado ‘não existe’.

**Premissa 2:** Há de facto afirmações singulares de não existência que são verdadeiras.

**Conclusão:** Há coisas que não existem. No modo oracular: o não ser, de algum modo, é.

Seguem-se algumas observações sobre as premissas deste argumento. A Premissa 2 parece ser indisputável. Todavia, há casos acerca dos quais há alguma controvérsia. Por exemplo, existem pontos de vista segundo os quais afirmações como ‘Sherlock Holmes não existe’, em que a posição de sujeito gramatical é ocupada por um termo da ficção, são consideradas em certos usos como afirmações falsas (à revelia daquilo que parecem ser as nossas mais sólidas intuições). Com efeito, Peter van Inwagen<sup>3</sup>, Saul Kripke<sup>4</sup> e outros filósofos defendem, embora de maneiras diversas, a ideia de que seres ficcionais como Holmes, não só são, como também existem. Trata-se de objectos abstractos de um certo género, que são trazidos à existência pelos autores das ficções relevantes. A propósito, é típico destes pontos de vista que ser e existir não sejam distinguidos, que não haja objectos que não existam.

Em todo o caso, ignoramos para já estas complicações e introduzimos a seguir uma lista generosa de candidatas a predicções singulares<sup>5</sup> de inexistência que poderíamos estar inclinados a contar como verdadeiras. Note-se, de novo, que “existir na cabeça” - ou “ser conceptível”, ou “ser imaginável” - não é o sentido relevante de

---

<sup>3</sup> Ver e.g. van Inwagen 1977.

<sup>4</sup> Ver Kripke 1980, Apêndice.

<sup>5</sup> Adoptamos, de momento, uma concepção puramente sintáctica de singularidade, à luz da qual uma afirmação é singular se a sua posição de sujeito gramatical é ocupada por um termo singular.

existir, pois trivializaria o problema da não existência tornando trivialmente falsas praticamente *todas* as predicções de inexistência.

As predicções de inexistência abaixo listadas diferem bastante entre si. Por um lado, os putativos objectos aos quais elas aludem são de géneros bem diferentes: objectos da ficção, *possibilia* (objectos meramente possíveis), objectos alucinados, objectos passados, objectos futuros, etc. Por outro lado, os termos singulares empregues variam de categoria para categoria: nomes próprios, demonstrativos, indexicais, descrições definidas singulares.

Eis a prometida lista de existenciais negativas:

- (1) **Pégaso não existe**
- (2) **Aquele oásis não existe**
- (3) ***Ninguém* não existe**
- (4) **O décimo planeta do sistema solar não existe**
- (5) **O abominável homem das neves não existe**
- (6) **Sócrates não existe (agora)**
- (7) ***Futura* não existe (agora)**
- (8) **O mamífero voador que respira debaixo de água não existe**

Observe-se o seguinte a respeito desta lista. Primeiro, o nome próprio '*Ninguém*' em (3) deve ser entendido no sentido anterior, como um putativo nome de uma pessoa meramente possível, com a referência do nome a ser fixada, à maneira Kripkeana, através de uma descrição definida como 'A pessoa que teria resultado da fecundação do óvulo **o** pelo espermatozóide **e**' (supomos que **e** e **o** existem de facto, mas este nunca chegou nem virá a ser fecundado por aquele).<sup>6</sup> Segundo, o demonstrativo complexo 'Aquele oásis' em (2) deve ser entendido no contexto de uso anteriormente indicado, ou seja, como associado a uma certa alucinação visual. Terceiro, em (7), '*Futura*' é um putativo nome de uma pessoa futura, um nome cuja referência é fixada através de uma descrição definida como 'A primeira pessoa do sexo feminino a nascer no século XXII' (supomos que a condição é satisfeita por uma e uma só pessoa). Por último, excepto nos casos em que tal é explicitamente indicado (entre parêntesis), o predicado complexo 'não existe' deve ser entendido intemporalmente, no sentido de se aplicar a uma coisa **x** se e só se **x** nunca existiu, **x** não existe agora e **x** nunca virá a existir.

---

<sup>6</sup> Ver Salmon 1998.

Naturalmente, a Premissa 1 é o calcanhar de Aquiles da Barba e do argumento que a suporta. Ela parece ser a ideia responsável pela condição aparentemente emaranhada da Barba: para podermos dizer com verdade de tal e tal que não é, ou que não existe, tem de haver esse tal e tal, tem de haver algo do qual estejamos a falar, tem de haver um sujeito lógico para a predicação de inexistência, algo que corresponda ao seu sujeito gramatical, algo que seja mencionado por este.

Discutiremos a Premissa 1 mais adiante. Para já, observamos que ela é suportada pela seguinte suposição geral acerca da forma lógica de predicacões singulares de inexistência.

**Suposição 1\*:** Predicações singulares de inexistência – ou seja, frases da forma **a não existe**, em que **a** é um termo singular – são, ao nível da sua forma lógica, exactamente aquilo que parecem ser: predicacões monádicas negativas de 1ª ordem. Ou seja, elas consistem em suplementar o complemento relativo de um predicado monádico de 1ª ordem, o predicado ‘existe’, com um termo singular, **a**; ou, equivalentemente, em aplicar o operador frásico de negação ao resultado de suplementar o predicado monádico de 1ª ordem ‘existe’ com um termo singular, **a**. Esta suposição preconiza assim o seguinte. Frases como (1) e (4) devem ser tratadas como tendo a mesma forma lógica do que frases, mais comuns e também verdadeiras, como as seguintes

**(9) O Letras<sup>7</sup> não voa**

**(10) A mascote da FLUL não voa.**

Nestas últimas frases, nega-se de um animal particular que ele seja capaz de voar. O mesmo sucede, alega-se, nas primeiras frases. Naquelas nega-se de um ser particular, Pégaso, que ele existe, ou de um corpo celeste particular, Vulcão, que ele existe. De acordo com a semântica usual para predicacões deste género, uma dessas frases é verdadeira só se há algo que é referido pelo termo singular na posição de sujeito gramatical e o predicado da frase não se lhe aplica. Dada a Suposição 1\* e este género de semântica, obtemos sem dificuldade a Premissa 1 do argumento para a Barba.

Há duas ideias importantes associadas à Suposição 1\*, a suposição de que predicacões singulares de inexistência são predicacões monádicas negativas de 1ª ordem. Convém torná-las desde já explícitas.

---

<sup>7</sup> O Letras é o animal de estimação da Faculdade de Letras de Lisboa, o gato que costuma estar à entrada do edifício da Faculdade.

A primeira ideia é constitutiva da suposição e consiste na pretensão de que o predicado gramatical ‘existe’ deve ser tratado, nos contextos sob consideração, como aquilo que parece ser: um predicado de 1ª ordem, um predicado aplicável a indivíduos. Esta ideia é habitualmente vista como antagónica a uma velha tese da antiga ortodoxia lógica: a tese – defendida por Gottlob Frege, Russell e outros – de que o nosso idioma da existência - ‘existe’, ‘há’, etc. - é captável por meio do quantificador existencial objectual  $\exists$  da lógica clássica. Na formulação famosamente utilizada por Quine, existir ou ser - não há, neste ponto de vista, qualquer diferença entre estas coisas - é ser um valor de uma variável quantificada existencialmente. Para além disso, a tese em questão é tradicionalmente suplementada pela observação de que o quantificador existencial clássico deve por sua vez ser visto como um predicado ou propriedade de ordem superior, no caso um predicado ou propriedade aplicável com verdade ou falsidade a predicados ou propriedades de 1ª ordem; por exemplo, dizer que mamíferos voadores existem equivaleria, mais ou menos, a dizer que a propriedade de ordem superior de ser exemplificada por algo é exemplificada pela propriedade de primeira ordem de ser um mamífero voador.

Todavia, julgamos que não é assim tão claro (para dizer o mínimo) que exista de facto um conflito entre aquelas duas ideias, ou seja, não é assim tão claro que a ideia de que a existência é uma propriedade de 1ª ordem seja inconsistente com a ideia de que a existência se deixa invariavelmente representar pelo quantificador existencial clássico. É antes a conjunção desta ideia com a tese adicional de que o quantificador existencial é um predicado de ordem superior que gera o antagonismo. De facto, podemos bem representar da seguinte maneira ocorrências do verbo ‘existir’ em predicções singulares de existência e de inexistência, em frases da forma **a existe** e **a não existe**, através do quantificador existencial clássico:  $\exists x a=x$  e  $\neg \exists x a=x$  (respectivamente). Ora, este predicado de existência, o predicado ‘é idêntico a algo’, é seguramente um predicado monádico de 1ª ordem, supondo que o domínio de quantificação é um domínio de indivíduos. O facto de se tratar de um predicado *lógico*, no sentido de um predicado verdadeiro de tudo, verdadeiro de todos os indivíduos no domínio, não faz com que não seja um predicado desse género. Há outros predicados de 1ª ordem com as mesmas características, por exemplo os predicados ‘é um indivíduo’, ‘é idêntico a si mesmo’ e ‘é um gato ou não é um gato’.

Contrariamente àquilo que habitualmente se pensa, o mesmo género de análise pode ser generalizado a predicacões *gerais* de existência e de inexistência, ou seja, a frases da forma **Fs existem** e **Fs não existem** (respectivamente), em que **F** é um predicado monádico de 1ª ordem. Com efeito, em vez das representações habituais dos manuais de lógica,  $\exists xFx$  e  $\neg\exists xFx$ , nada nos impede de adoptar representações pouco habituais como  $\exists x (Fx \& \exists y x=y)$  e  $\neg\exists x (Fx \& \exists y x=y)$ . Estas representações são logicamente equivalentes às representações habituais e nelas a existência é expressa pelo nosso predicado de 1ª ordem ‘é idêntico a algo’ (supondo, de novo que o universo de discurso é um domínio de indivíduos).

No entanto, aquela representação da existência singular não parece estar disponível no contexto do argumento subjacente à Barba. De facto, a conclusão do argumento, há coisas que não existem, resultaria patentemente auto-contraditória se ela fosse adoptada. Ficaríamos com  $\exists x\neg\exists y x=y$ , ou seja, ficaríamos com a falsidade lógica ‘Há coisas que não são nenhuma coisa’. Por conseguinte, o predicado de existência relevante para a Barba parece ter de ser um predicado extra-lógico primitivo de 1ª ordem, representável no simbolismo por meio de uma constante predicativa, por exemplo a letra **E**. Aquela conclusão representar-se-ia então como  $\exists x\neg Ex$ , a qual já não é auto-contraditória e se segue por generalização existencial de  $\neg Ea$  (**a não existe**), como seria de esperar na Barba.

A segunda ideia pressuposta pela Suposição 1\* diz respeito, não aos predicados, mas aos sujeitos das predicacões singulares de inexistência. Trata-se da tese de que os sujeitos gramaticais dessas predicacões devem ser vistos como sujeitos lógicos; por outras palavras, os termos singulares que ocupam nessas predicacões a posição de sujeito gramatical devem ser tratados como termos singulares genuínos, termos cuja função primária é a de nomear algo, isolar um objecto específico. Em particular, tais termos singulares não são analisáveis em termos de outras categorias de expressões (em especial, predicados). Esta segunda ideia, complementada com a primeira, é necessária para pôr de pé a Suposição 1\*, a contenção de que aquilo que à superfície são predicacões singulares de não existência são na realidade predicacões *singulares* de não *existência*.

É fácil ver com que espécie de pontos de vista é esta segunda ideia inconsistente, em que bases é que ela poderia ser rejeitada. Relativamente a predicacões como (4), (5) e (8), cujos sujeitos gramaticais são descrições definidas singulares, a segunda

ideia é claramente inconsistente com a teoria das descrições definidas singulares de Russell. Nesta teoria, termos singulares descritivos não introduzem de facto sujeitos lógicos, não são de facto termos singulares genuínos, apesar de parecerem sê-lo. Por outras palavras, predicacões que parecem ser singulares, predicacões nas quais tais termos ocorrem como sujeitos gramaticais, não são na realidade singulares. Tais predicacões são sistematicamente analisáveis em termos de determinadas predicacões gerais, quantificadas, nas quais esses termos já não ocorrem. De um modo muito grosseiro mas suficiente para os nossos propósitos imediatos, pode-se dizer que a teoria de Russell, combinada com aquilo a que chamámos o tratamento ortodoxo do verbo ‘existir’, dá origem ao seguinte género de análise de uma predicacão de inexistência como (4):

**(4)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só coisa tal que essa coisa é um décimo planeta do sistema solar**

A intuição de que tais predicacões de inexistência são verdadeiras é, por conseguinte, elegantemente acomodada pela teoria.

E relativamente às outras predicacões de inexistência que constam da nossa lista, ou seja, aquelas frases existenciais negativas cujos termos-sujeito são nomes próprios, como ‘Sócrates’, ou termos singulares indexicais, como ‘Aquele oásis’? Relativamente a estas predicacões, a nossa segunda ideia, a ideia de que os sujeitos gramaticais em questão são sujeitos lógicos, é inconsistente com a conjunção das seguintes duas teses:

- (a) a já mencionada teoria das descrições definidas de Russell;
- (b) o descritivismo acerca de nomes próprios e indexicais, isto é, a tese semântica de que nomes e indexicais são analisáveis em termos de, ou são simples abreviaturas de, determinadas descrições definidas singulares.

Juntar as duas teses significa assim o seguinte: primeiro, tratar nomes e indexicais como descrições; depois, analisar estas de acordo com a teoria de Russell. O resultado é o seguinte: tudo aquilo que parece ser uma predicacão singular vira, sob análise, uma predicacão geral. Em particular, e muito rudemente, uma predicacão de inexistência como (1) é analisável da seguinte maneira à luz da conjunção de teses mencionada (assumindo o tratamento ortodoxo do verbo ‘existir’ e supondo ainda que o nome ‘Pégaso’ abrevia a descrição definida ‘O cavalo alado montado por Belerofonte’):

**(1)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só coisa tal que essa coisa é um cavalo com asas montado por Belerofonte.**

(Obviamente, o purismo generalista exigiria ainda que o nome ‘Belerofonte’ fosse por sua vez eliminado de (1)\* da mesma maneira, e assim por diante até termos eliminado todos os nomes e termos singulares superficialmente não descritivos.)

Com estas observações, damos por concluída a nossa exposição da doutrina da Barba, do argumento que a suporta e das suposições mais básicas que são necessárias para fazer correr o argumento. Estudemos agora a mais famosa tentativa de refutação da doutrina, a crítica de Quine.

## **2. Quine contra a Barba**

Nas primeiras páginas do seu célebre artigo ‘On What There Is’ (Quine 1948), um artigo que contribuiu de forma decisiva para a reabilitação da reflexão ontológica e metafísica na tradição analítica, Quine desencadeia um ataque avassalador contra a Barba de Platão. A crítica de Quine segue em essência o ataque desencadeado anteriormente por Russell contra as posições metafísicas do filósofo austríaco Alexius Meinong e a estratégia proposta por Russell para resolver aquilo a que este chama o Enigma da Não Existência.

Quine desenvolve dois géneros de argumentos contra a Barba: argumentos directos, nos quais são directamente disputadas diversas premissas e suposições subjacentes ao argumento que conduz à Barba (pelo que acabou de ser exposto, é fácil ver quais são); e argumentos indirectos, argumentos que visam reduzir à incoerência a ideia central da Barba, a ideia de uma coisa ou de um objecto inexistente.

### **2.1 Os Argumentos Indirectos**

Tomemos primeiro os segundos desses argumentos. Suponhamos, para fins de discussão, que o argumento para a Barba acima delineado estabelece a necessidade de admitir objectos não existentes (Vulcão, por exemplo). A pergunta imediata que é natural colocar ao proponente da Barba é uma pergunta acerca da identidade e natureza de tais objectos, de que género de objectos se trata. Esta pergunta é natural porque não é de todo admissível, nem mesmo para o proponente da Barba, que tais objectos possam vir a ser encontrados algures, num certo local, numa determinada ocasião.

Quine considera e rejeita duas respostas possíveis a essa pergunta, querendo assim desacreditar os alegados objectos postulados pela Barba e obter uma rejeição indirecta da doutrina.

A primeira resposta é atribuída a quem quer que seja – Quine chama-lhe ‘McX’ – que defenda a tese de que objectos não existentes em geral, e objectos da ficção em particular, são entidades cuja natureza é eminentemente mental. Unicórnios, cavalos alados, Vulcão, Pégaso e Holmes são considerados como ideias, representações, ou imagens localizadas nas mentes das pessoas. McX é assim um mentalista acerca do não existente em geral e da ficção em particular.

Segundo Quine, há dois problemas sérios com esta proposta mentalista acerca da natureza dos alegados objectos não existentes. Primeiro, há um problema de unicidade. Não é crível que haja uma e uma só representação mental de Pégaso ou de um unicórnio, a qual seja constante de mente individual para mente individual. É razoável pensar que tais representações variem enormemente de pessoa para pessoa, de mente para mente. No entanto, a unicidade teria que ser claramente assumida por McX. Senão vejamos.

Suponhamos que McX e Quine têm uma disputa ontológica acerca de Pégaso, aquele dizendo que Pégaso é e este dizendo que Pégaso não é. Suponhamos que queremos descrever esta disputa a partir do ponto de vista de McX, ou seja, vendo-a com os olhos de McX. Suponhamos, em particular, que queremos dizer que McX está certo e que Quine está errado. Ora, não o podemos fazer se a representação de Pégaso na mente de Quine diferir da representação de Pégaso na mente de McX: para que as afirmações sejam mutuamente inconsistentes, é preciso que elas sejam acerca de uma e da mesma coisa.

Em segundo lugar, mesmo concedendo a unicidade das representações mentais, há uma dificuldade mais séria para o mentalismo de McX. O problema é que este colide com o facto de que, quando habitualmente dizemos que Pégaso não existe, não é acerca de uma representação mental que estamos a falar. Claramente, quando habitualmente dizemos que o Parthenon está em Atenas, não é acerca de uma representação mental que estamos a falar: uma coisa é o Parthenon, outra coisa é uma representação ou imagem mental do Parthenon. No caso de objectos existentes, é óbvio que não se pode confundir um objecto com uma sua representação na mente, confundir o representado com a representação. No caso de alegados objectos não existentes, na ausência de uma coisa física representada, a confusão já é possível; mas

não deixa por isso de ser uma confusão. Para além disso, há um sentido no qual é perfeitamente aceitável dizer de imagens mentais que elas de facto existem, por exemplo do ponto de vista da psicologia cognitiva. Todavia, se assim for, não podemos de todo identificar objectos não existentes com imagens mentais. Uma afirmação como Pégaso não existe, se for tomada como sendo acerca de uma imagem mental, poderia assim acabar por ser falsa e não verdadeira, o que contraria claramente o resultado desejado pelo proponente da Barba.

Julgamos que a crítica de Quine à versão mentalista dos objectos da ficção é, em geral, convincente. Mas isso só mostra que, do ponto de vista de um adepto da Barba, seria errado tratar objectos não existentes como itens mentais. Se no caso de objectos da ficção, a proposta não é de todo disparatada, é-o sem dúvida no caso de putativas coisas como Vulcão, *Ninguém*, *Futura* (um alegado objecto futuro) e Sócrates (um alegado objecto passado).

O segundo tipo de resposta à questão acerca da natureza dos alegados objectos não existentes é atribuída a quem quer que seja – Quine chama-lhe ‘Wyman’ – que defenda a tese de que objectos não existentes em geral, e objectos da ficção em particular, são meros *possibilia*. Meros *possibilia* são objectos que de facto não existem, mas que poderiam ter existido. O décimo planeta, o abominável homem, Pégaso e *Ninguém* seriam assim exemplos de objectos meramente possíveis. Na realidade, não existem unicórnios; mas poderiam ter existido se as circunstâncias tivessem sido outras. Na realidade, *Ninguém* não existe; mas poderia ter existido se as circunstâncias tivessem sido outras. Wyman é assim um modalista acerca do não existente em geral e da ficção em particular.

Wyman restringe aquilo que existe àquilo que é actual ou real, àquilo que é susceptível de uma localização em alguma região do espaço-tempo. Ele usa o predicado de existência **E** só para essas coisas. Mas o domínio mais vasto do ser, de tudo aquilo que há ou que é, inclui não apenas aquilo que existe ou é actual, e logo aquilo que é possível, mas ainda aquilo que actualmente não existe mas poderia ter existido, ou seja, aquilo que é meramente possível. Wyman distingue, por conseguinte, entre ser e existir: objectos da ficção, entre outros, são objectos que são, objectos que subsistem, valores de variáveis; mas trata-se de objectos que não existem, que não ocupam qualquer porção do espaço-tempo.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> A propósito, segundo Parsons, Quine está a aludir a Meinong com o seu personagem Wyman.

Para benefício da discussão, Quine concede a Wyman a distinção acabada de fazer entre ser e existir. Três objecções centrais são depois por ele erguidas contra o modalismo de Wyman.

Primeiro, Quine protesta com base em considerações de ordem estética. Um universo austero, povoado com poucas coisas (ou melhor, com poucos géneros de coisas), é esteticamente preferível a um universo abundante, povoado com muitas coisas (ou melhor, com muitos géneros de coisas).

No entanto, objecções deste teor não são convincentes. Considerações de ordem estética não são propriamente razões, argumentos.<sup>9</sup> Pode-se naturalmente chegar à conclusão que o universo alegadamente sobrepovoado de Wyman é de facto sobrepovoado, que tem de facto coisas a mais; mas as preferências de carácter estético são totalmente irrelevantes para o efeito. Para além disso, há versões possíveis do ponto de vista Meinongiano onde certas restrições são introduzidas à admissão de entidades, onde nem tudo aquilo do qual parecemos estar a falar é uma coisa da qual estejamos a falar, onde nem tudo aquilo que parece ser um objecto é um objecto. Em particular, há versões razoáveis do ponto de vista Meinongiano onde nem toda a descrição definida singular denota necessariamente uma coisa, versões nas quais, por exemplo, descrições como ‘O quadrado não quadrado’, ou mesmo ‘O quadrado redondo’ e ‘O homem gordo possível que está naquela sala’, não denotam nada.

Em segundo lugar, Quine argumenta com base no seu preceito geral de que sem identidade não há entidade. Este é o princípio de que só se pode introduzir entidades de um certo tipo se se tiver um procedimento para determinar quando é que entidades dadas desse tipo são idênticas e quando é que são distintas, quando é que há uma delas e quando é que há mais do que uma delas. Ora, alega-se, meros *possibilia*, como os homens gordos possíveis que estão naquela sala (suponhamos que na sala está de facto um único homem magro), não são governados por princípios de individuação dessa natureza. De facto, não é possível contar supostas coisas desse género, não é possível determinar quantos homens gordos possíveis há na sala em questão, pelo que tais objectos devem ser banidos da nossa ontologia.

Esta objecção de Quine está também longe de ser convincente, por razões hoje sobejamente conhecidas e que não vamos aqui desenvolver. Por um lado, a condição

---

<sup>9</sup> Claro, não queremos com isso dizer que tais considerações são intencionadas por Quine como razões ou argumentos.

geral imposta por Quine para a admissão de entidades é demasiado severa. Se ela fosse aplicada, seríamos obrigados a excluir da nossa ontologia objectos materiais como pessoas e artefactos (ou talvez mesmo partes temporais de pessoas e de artefactos, coisas queridas a Quine). Com efeito, é sabido a partir de problemas correntes sobre a constituição material, por exemplo o problema conhecido como Barco de Teseu, que objectos materiais estão longe de ser governados por princípios de individuação do género exigido por Quine; há casos em relação aos quais nem é claramente o caso que há dois desses objectos (dois barcos) nem é claramente o caso que há apenas um desses objectos (um barco).

Mas há uma réplica mais convincente à objecção de Quine. Mesmo se lhe concedermos a tese de que não há entidade sem identidade (ou melhor, a interpretação estrita que ele faz desta tese), sucede que os casos de putativos *possibilia* explorados por Quine não passam de caricaturas, casos que se tornam em alvos demasiado fáceis de crítica. Com efeito, como se pode ver a partir de muitas posições possibilistas mais recentes,<sup>10</sup> o meinongiano Wyman não estaria de todo obrigado a tomar como meros *possibilia*, e muito menos como paradigmas de meros *possibilia*, os tais homens gordos possíveis considerados por Quine. Melhores candidatos para o efeito, casos discutidos em muita da literatura subsequente, são os seguintes: o nosso *Ninguém*, a tal pessoa que teria resultado da fertilização do óvulo **o** pelo espermatozóide **e**; e o barco miniatura que teria resultado se um dado conjunto de materiais fosse montado de acordo com dadas instruções (de novo, supõe-se que materiais e instruções estão actualmente disponíveis e que o modelo não foi até ao momento, nem virá a ser, construído). Estas são ilustrações bem mais sérias de meros *possibilia*, de pessoas meramente possíveis e de artefactos meramente possíveis, casos em relação aos quais não é de todo líquido que os problemas de individuação e unicidade levantados por Quine se possam colocar. No caso de *Ninguém*, por exemplo, pode-se razoavelmente argumentar que a unicidade e a individuação são garantidas pela natureza do material genético de base, o qual existe de facto.

Todavia, há que reconhecer o seguinte. Se concentrarmos a nossa atenção em objectos da ficção apenas, há de facto dificuldades de individuação, dificuldades que foram identificadas por Kripke. Mas tais dificuldades são de carácter bem diferente daquelas que são avançadas por Quine. Por exemplo, Kripke argumenta que mesmo

---

<sup>10</sup> Por exemplo, as posições defendidas por David Kaplan. Ver, entre outros ensaios, Kaplan 1979.

que, por mero acidente e sendo o facto inteiramente desconhecido de Conan Doyle, alguém de facto existente tivesse feito tudo aquilo que é atribuído a Holmes nas novelas e contos de Doyle, essa pessoa não seria Holmes. Este argumento, se correcto, parece lançar alguma suspeita sobre a concepção de objectos da ficção como meros *possibilia*. Mas um adepto da Barba não está de todo obrigado a adoptar essa concepção. Ele poderia, por exemplo, considerar objectos da ficção como entidades abstractas, ao lado de números e conjuntos, como entidades que não satisfazem o seu predicado extra-lógico de existência. Por outro lado, alguns dos objectos inexistentes postulados pela Barba, como *Ninguém*, são de facto meros *possibilia* sem quaisquer problemas sérios de contagem ou individuação (ou poderiam talvez, como no caso de Vulcão, ser identificados com objectos desses); e o argumento em direcção à Barba poderia ainda correr em relação a esses não existentes.

Finalmente, a terceira objecção quineana às posições meinongianas de Wyman consiste na pretensão de que tais posições estão comprometidas com a admissão de objectos contraditórios, como por exemplo quadrados redondos. Note-se que Meinong admitia de facto, entre os seus objectos, *impossibilia* como quadrados redondos.

Em essência, a crítica de Quine em ‘On What There Is’ reproduz objecções já feitas por Russell a Meinong no seu ensaio ‘On Denoting’ (Russell 1905). O argumento relevante é o seguinte. Tal como, do ponto de vista de Wyman, do facto de uma frase como ‘Pégaso não existe’ ser verdadeira, e logo dotada de sentido, se segue que Pégaso é, que há Pégaso, também do facto de uma frase como ‘A cúpula quadrada redonda do Berkeley College não existe’ ser verdadeira, e logo dotada de sentido, se segue que a cúpula quadrada redonda do Berkeley College é, que há a cúpula quadrada redonda do Berkeley College. Mas daqui segue-se por sua vez que há pelo menos uma coisa que é quadrada e redonda, ou seja, que há quadrados redondos. Ora, estes objectos não são certamente objectos possíveis. São *impossibilia*: objectos que não só não existem, como não poderiam ter existido.

O seguinte dilema é então colocado por Quine a Wyman: ou ele afirma contradições, ao admitir que há objectos quadrados e redondos, ou então é obrigado a argumentar que afinal a frase ‘A cúpula quadrada redonda do Berkeley College não existe’ é destituída de sentido, pois contém uma expressão contraditória (‘quadrado redondo’) e contradições são em geral destituídas de sentido. Quine alega que ambos os “chifres” do dilema são problemáticos.

O que é que podemos dizer desta terceira objecção de Quine? Julgamos que também ela não é conclusiva.

Em primeiro lugar, como observámos antes, o Meinongiano não está necessariamente comprometido com a tese de que tudo aquilo que parece ser um termo singular genuíno é um termo singular genuíno, um termo que tem de nomear algo; em particular, o meinongiano não está necessariamente comprometido com a tese de que qualquer descrição definida singular denota algo. Por conseguinte, o argumento de Quine sobre a cúpula quadrada redonda do Berkeley College poderia ser assim bloqueado pelo seu oponente meinongiano.

Em segundo lugar, pode-se argumentar que o dilema em que Quine coloca Wyman é um falso dilema. De facto, Parsons mostra que as objecções de Russell a Meinong, as quais são aqui reproduzidas por Quine, podem ser superadas. Ao admitirem que há quadrados redondos, Wyman ou Meinong não estão a afirmar contradições ou a admitir objectos contraditórios, apesar de estarem a admitir *impossibilia*. Há que distinguir entre objectos contraditórios e objectos impossíveis. Um objecto contraditório é um objecto que satisfaz uma condição da forma **x é F e não é o caso que x é F** (por exemplo **x é redondo e não é o caso que x é redondo**). Objectos contraditórios violam a lei da não contradição. Mas, para Meinong e Parsons, nenhum objecto, nem um objecto não existente, pode satisfazer esse género de condição. Aquilo que quadrado redondos satisfazem é a condição diferente **x é Redondo x é Quadrado**, a qual não pode ser satisfeita por objectos existentes (e só por eles). Russell e Quine parecem usar no seu argumento o princípio geral **Para todo o x, se x é Quadrado então x é Não-Redondo**, em conjunção com **Para algum x, x é Quadrado e x é Redondo**, com vista a obter, primeiro, **Para algum x, x é Redondo e x é Não-Redondo**, e, depois, **Para algum x, x é Redondo e Não é o caso que x é Redondo**. Todavia, Meinong e Parsons podem sempre restringir a aplicação daquele princípio geral a objectos reais ou existentes, não servindo assim o quadrado redondo como valor da variável 'x' e sendo assim aquela inferência bloqueada.

Deste modo, Wyman não está necessariamente comprometido com objectos contraditórios, apenas com objectos impossíveis; mas estes só se tornam chocantes se forem entendidos como objectos existentes, o que não deve ser o caso.

Naturalmente, podemos razoavelmente considerar que esta segunda réplica meinongiana às objecções de Quine não é suficiente convincente. Todavia, ela parece pelo menos mostrar que tais objecções não são conclusivas. Para além disso, o

meinongiano tem sempre ao seu dispor o primeiro género de réplica, a qual parece fragilizar consideravelmente a crítica de Quine.

## 2.2 Os Argumentos Directos

Consideremos agora os argumentos directos aduzidos por Quine contra a Barba. Eles consistem basicamente num ataque à Premissa 1 do argumento que suporta a Barba, isto é, à tese de que se uma predicação singular de inexistência é verdadeira e assim dotada de sentido, então o seu termo-sujeito tem de nomear ou denotar algo. Esta tese é diagnosticada por Quine como um *non sequitur*: do facto de um termo singular ter sentido, do facto de uma frase na qual ele ocorra como sujeito gramatical ser verdadeira (ou, por sinal, falsa), não se segue que o termo denote ou nomeie o que quer que seja. É esta, para Quine, a Falácia da Barba, o vício de raciocínio que gera a condição irremediavelmente emaranhada da Barba.

Como é que o alegado *non sequitur* é exibido por Quine? Basicamente através de uma rejeição liminar da suposição geral 1\* que anteriormente identificámos como suportando a Premissa 1 do argumento para a Barba, ou seja, a contenção de que aquilo que à superfície são predicções singulares de inexistência são de facto predicções singulares de inexistência. Naturalmente, tal suposição é rejeitada com base numa rejeição liminar das duas ideias fundamentais por ela pressupostas: a ideia de que os sujeitos gramaticais dessas predicções são sujeitos lógicos, de que os termos singulares que nelas ocupam a posição de sujeito são termos singulares genuínos; e a ideia de que o predicado de existência aí presente é um predicado monádico extra-lógico de 1ª ordem.

O antídoto preconizado por Quine para todas estas ideias erróneas geradoras da Falácia da Barba consiste na adopção cumulativa dos seguintes ingredientes teóricos, já anteriormente identificados:<sup>11</sup>

- (a) a teoria das descrições de Russell
- (b) a teoria descritivista do significado de nomes próprios e indexicais
- (c) o tratamento clássico ou ortodoxo do predicado de existência

O efeito do antídoto é elegante e eficiente. Todas as aparentes predicções singulares de inexistência na nossa lista original viram, após aplicação dos três ingredientes (em alguns casos bastam (a) e (c)), negações de determinadas

---

<sup>11</sup> Note-se que este género de antídoto já tinha sido anteriormente proposto, precisamente para o mesmo efeito, por Russell.

quantificações existenciais complexas. Destas análises estão transparentemente ausentes quaisquer compromissos ontológicos com putativos objectos inexistentes, quer via termos singulares (estes já não ocorrem de todo, pois nas análises só há termos gerais ou predicados) quer via variáveis quantificadas existencialmente (as negações de âmbito longo, nas quais as análises consistem, cancelam naturalmente tais compromissos).

Exemplos de aplicação do antídoto já foram dados. Eis mais dois exemplos, deliberadamente toscos e incompletos mas suficientes para os nossos propósitos. O primeiro é relativo à afirmação (3), '*Ninguém* não existe', o segundo é relativo à afirmação (6), '*Sócrates* não existe (agora)':

**(3)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só pessoa tal que essa pessoa resultou da fecundação do óvulo *o* pelo espermatozóide *e***

**(6)\* O seguinte não é presentemente o caso: há uma e uma só pessoa tal que essa pessoa foi um filósofo que bebeu a cicuta, ensinou Platão e corrompeu a juventude ateniense**

A solução proposta por Russell e Quine para o chamado enigma da inexistência é elegante e sistemática. Mas será que funciona?

Há razões sólidas para pensar que não. O problema com essa solução não é a teoria das descrições de Russell, a qual goza de um relativo estado de graça nos tempos que correm. Nem sequer é aquilo que designámos como concepção ortodoxa da existência, a representação da existência por meio do quantificador existencial da lógica clássica, a qual tem pelo menos a vantagem de nos proporcionar um conceito bem definido de existência. (Naturalmente, podemos ter dúvidas quanto à tese adicional de que o quantificador existencial é um predicado de ordem superior, ou de que a existência é uma propriedade de ordem superior, uma propriedade exemplificada ou não por propriedades. Quem escreve tem-nas. No entanto, a correcção ou incorrecção da tese adicional parece ser relativamente irrelevante para a presente discussão, pelo que iremos aqui ignorar a questão.)

O problema para a solução quineana é obviamente a teoria descritivista do significado de nomes próprios e indexicais. Esta é uma teoria bastante forte acerca do conteúdo semântico de nomes e indexicais, uma teoria que a partir dos anos 70 foi objecto de severos e sucessivos ataques desencadeados de forma relativamente

independente por Kripke, Hilary Putnam, Keith Donnellan, Kaplan e outros.<sup>12</sup> Muita gente pensa que os argumentos aduzidos contra o descritivismo, os quais são bem conhecidos e os quais não vamos aqui naturalmente introduzir, são tais que a teoria dificilmente lhes pode sobreviver. Nem mesmo a variedade específica de descritivismo explorada por Quine, na qual nomes próprios como ‘Sócrates’ e ‘Pégaso’ são analisados em termos de descrições definidas *ad hoc* como ‘O Socratizador’ e ‘A coisa que Pégaso’, é imune a alguns desses argumentos.

O fardo colocado pelo ingrediente descritivista sobre a crítica directa de Quine à Barba é demasiado pesado. O bom senso recomenda que não abandonemos a Barba com base nessa crítica. É certo que ficamos com uma Barba enfraquecida. Se aceitarmos os outros dois ingredientes do antídoto quineano, designadamente a concepção ortodoxa da existência e a teoria das descrições de Russell, deixamos de poder fazer correr o argumento da Barba para o caso de predicacões de inexistência cujos sujeitos gramaticais são termos descritivos; ou seja, deixamos de poder fazer correr o argumento da Barba para o caso de frases existenciais negativas como (4), (5) e (8).

No entanto, uma Barba enfraquecida, uma Barba que parece poder ser aplicada a toda a frase existencial negativa cujo termo-sujeito é um termo singular irreduzivelmente não descritivo, é ainda uma Barba. Ficamos assim com o problema dos inúmeros casos de predicacões de inexistência verdadeiras cujos sujeitos gramaticais são nomes próprios, demonstrativos, indexicais, etc. Abandonado o descritivismo, todas essas expressões são termos singulares genuínos, irreduzivelmente não descritivos, não analisáveis em termos do que quer que seja. Trata-se assim de termos que parece terem de designar algo para que as frases em que ocorrem possam ser dotadas de sentido, possam ser verdadeiras ou falsas.

A Premissa 1 do argumento para a Barba parece então ser plausível em relação àquelas predicacões, as quais são de facto predicacões *singulares, de re*, de inexistência. Como a função primária dos termos em questão é nomear, a verdade dessas predicacões parece exigir que tais termos nomeiem algo. Mas então, dado o que é dito nas existenciais negativas, as coisas assim nomeadas só podem ser objectos não existentes, num sentido de ‘existente’ que *prima facie* não pode ser o da

---

<sup>12</sup> Ver Kripke 1980, Putnam 1975, Donnellan 1970 e Kaplan 1989a.

concepção ortodoxa (com efeito, um predicado extra-lógico de 1ª ordem é claramente necessário para captar esse sentido).

Este é o problema das predicções singulares de inexistência, um problema gerado pela pressão razoável que nos é imposta no sentido de deixar cair a tese descritivista do significado de nomes, demonstrativos e indexicais; estamos a assumir, obviamente, que queremos ainda conservar os outros dois aspectos do ponto de vista de Russell-Quine: a concepção clássica da existência e a teoria das descrições de Russell.

Todavia, como observámos antes, o problema deixa de ser um problema se distinguirmos entre ser e existir, se admitirmos, entre todos os nossos objectos, alguns que não existem. Isto parece tornar credível a posição meinongiana, para a qual nos voltamos agora.

### **3. A Barba Meinongiana**

Aos olhos de Russell, Quine e outros, a Barba de Platão é uma doutrina ontológica de tendência inflacionista. É-o porque nela se defende a necessidade de admitir sistematicamente, entre as coisas ou entidades que há, *todas* aquelas alegadas coisas ou entidades acerca das quais podemos dizer com verdade que não existem. Em particular, objectos da ficção como cavalos alados, unicórnios, Sherlock Holmes e o Abominável Homem das Neves devem ser incluídos nessa base no domínio do ser, daquilo que há, muito embora o predicado meinongiano de existência não lhes seja aplicável (*grosso modo* em virtude de tais coisas não serem localizáveis no espaço-tempo).

Esse tipo de diagnóstico é sem dúvida correcto com respeito a formulações tradicionais ou fortes da doutrina da Barba, nas quais tudo aquilo que parece ser um sujeito lógico é de facto um sujeito lógico. Em especial, de acordo com essas versões, toda a descrição definida singular é vista como denotando algo. Temos que admitir objectos não existentes como o quadrado redondo de modo a fazer com que predicções verdadeiras de inexistência como ‘O quadrado redondo não existe’ sejam verdadeiras. Esta característica da Barba tradicional torna-a numa doutrina argumentavelmente implausível, o que deixa em apuros o seu proponente meinongiano.

Mas será que é possível deflacionar de alguma maneira a Barba de modo a tornar o meinongianismo mais aceitável, ou pelo menos um pouco mais aceitável? Será que o meinongianismo é compatível com a versão enfraquecida da Barba que

atrás mencionámos, uma versão nitidamente menos inflacionista na qual, em particular, nem toda a descrição definida singular denota um objecto mas todo o termo singular genuíno nomeia um objecto? Por outras palavras, será que é possível reconciliar o meinongianismo com um dos ingredientes cruciais da anti-Barba quineana, a teoria das descrições definidas de Russell? E será que é possível torná-lo simultaneamente compatível com a rejeição de outro desses ingredientes, o descritivismo acerca de termos singulares superficialmente não descritivos?

Julgamos que sim, muito embora Quine pareça algumas vezes estar a argumentar como se a mera adopção da teoria das descrições de Russell fosse suficiente para bloquear qualquer forma de meinongianismo e erradicar presumíveis objectos não existentes. Vejamos.

Comecemos por notar que o traço constitutivo do meinongianismo é a já mencionada distinção entre ser e existir, tomada no sentido da pretensão de que nem tudo o que existe, e o associado tratamento anti-ortodoxo do predicado gramatical de existência como um predicado monádico extra-lógico de 1ª ordem; como vimos, a quantificação é, nesse ponto de vista, reservada para cobrir o domínio mais inclusivo do ser, de tudo aquilo que há.

Ora, esse aspecto constitutivo da posição meinongiana é coerentemente combinável com a aplicação da técnica de Russell para analisar frases que contêm descrições definidas singulares na posição de sujeito gramatical.

Suponhamos que um meinongiano *não quer* admitir como objectos coisas contraditórias como o quadrado que não é quadrado, ou mesmo coisas impossíveis como o quadrado redondo. Ele terá para isso de bloquear a inferência subjacente à Barba tradicional, ou seja, a inferência que vai da verdade de predicacões superficialmente singulares de inexistência como

**(11) O quadrado que não é quadrado não existe**

**(12) O quadrado redondo não existe**

para a conclusão de que há algo, o quadrado não quadrado ou o quadrado redondo, que os termos descritivos ‘O quadrado que não é quadrado’ e ‘O quadrado redondo’ denotam. Um meinongiano moderado (se assim lhe quisermos chamar) poderia fazê-lo da maneira que se segue, utilizando para o efeito a teoria das descrições de Russell apropriadamente harmonizada com uma utilização do seu predicado especial de existência. Frases como (11) e (12) seriam interpretadas praticamente do mesmo modo como Quine interpreta toda e qualquer aparente predicacão singular de

inexistência, ou sejam, seriam representadas como negações externas do seguinte género:

**(11)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só coisa que é um quadrado e não é um quadrado e existe**

**(12)\* O seguinte não é o caso: há uma e uma só coisa que é um quadrado e é redonda e existe**

Como as quantificações existenciais negadas são falsas, pois o domínio de quantificação não contém, por hipótese, alegadas coisas daquela natureza, as frases (11) e (12) resultariam verdadeiras. Todavia, tais predicacões existenciais negativas não seriam verdadeiras em virtude de haver certos objectos que no entanto não existem; antes, elas seriam verdadeiras simplesmente em virtude de não haver de todo certos objectos.

Mas será que este tipo de manobra não obrigaria o nosso meinongiano moderado a adoptar a tese, aparentemente um pouco anti-meinongiana, de que o emprego de descrições definidas singulares em frases existenciais negativas não tem *nunca* qualquer tipo de carga ontológica, não nos compromete *nunca* com objectos não existentes? Um pouco de reflexão mostra que não. Com efeito, tais compromissos poderiam bem existir em muitos casos. A diferença é que os objectos não existentes que poderiam ser assim admitidos sê-lo-iam, não enquanto coisas nomeadas ou denotadas, mas apenas enquanto valores de variáveis quantificadas existencialmente.

Tornando mais precisas essas observações, o meinongiano moderado poderia propor para uma afirmação existencial negativa como a nossa frase (8), ‘O mamífero voador que respira debaixo de água não existe’, a seguinte análise “Russelliana”:

**(8)\* Há uma e uma só coisa tal que essa coisa é um mamífero, voa, respira debaixo de água e não existe**

Em contraste com as negações externas ou frásicas usadas acima, o recurso aqui a negações internas ou predicativas tem o efeito de fazer com que os pretendidos objectos não existentes tenham de estar entre os valores das variáveis quantificadas existencialmente de modo a tornar verdadeiras as frases existenciais negativas sob consideração.

O meinongiano moderado poderia certamente virar descritivista em relação ao significado de termos superficialmente não descritivos e aplicar o mesmo género de tratamento às outras categorias de predicacões de inexistência, ou seja, àquelas cujos sujeitos gramaticais são nomes próprios, demonstrativos e indexicais. Ilustrando, ele

poderia propor o seguinte género de representação para uma frase existencial negativa como (6):

**(6)\*\* Há uma e uma só pessoa tal que essa pessoa foi um filósofo que bebeu a cicuta, ensinou Platão e corrompeu a juventude ateniense e essa pessoa presentemente não existe.**

Esta seria também uma maneira de introduzir Sócrates, um objecto passado, um objecto agora não existente, no nosso presente sistema de objectos; só que um tal objecto seria admitido, não como objecto nomeado ou denotado por um termo singular, mas como (e apenas como) valor de uma variável quantificada.

Todavia, a escassa credibilidade do descritivismo pode não tornar essa opção recomendável. Assim, o nosso meinongiano poderia antes optar pelo anti-descritivismo e por fazer simplesmente correr o argumento da Barba relativamente a qualquer uma das predicções de inexistência em questão, tomando-as pelo seu valor facial, ou seja, considerando-as como predicções irreduzivelmente singulares. Consequentemente, aquilo que classificámos atrás como constituindo uma versão enfraquecida da Barba poderia ser subscrita na posição neo-meinongiana que temos vindo a explorar. Tal versão seria, para além disso, combinada com a teoria das descrições de Russell modificada de modo a acomodar o predicado especial de existência característico do meinongianismo.

Assim concebido, o meinongianismo não é completamente implausível. Primeiro, o ponto de vista delineado já não contém a característica presumivelmente mais indesejável do meinongianismo clássico: a ideia de que tudo o que parece ser um nome é de facto um nome e o mecanismo associado de admissão irrestrita de objectos. Segundo, dada a implausibilidade do descritivismo, parece ser uma posição que acomoda de forma elegante a verdade de existenciais negativas cujos termos-sujeito são ocupados por termos singulares não descritivos. Terceiro, *dada* a noção meinongiana de existência, a simples ideia de uma coisa inexistente não é imediatamente problemática. Para além das entidades aparentemente duvidosas que temos vindo a mencionar, coisas como *Ninguém* e *Sherlock Holmes*, há um lote de outros géneros de entidades que são (pelo menos algumas delas) bem menos duvidosas e que poderiam ser vistas numa teoria meinongiana como objectos não existentes: conjuntos, proposições, palavras (tipo), frases (tipo), números, romances, sinfonias, etc.

No entanto, a noção de existência invocada em qualquer variedade de meinongianismo, incluindo a moderada, não é completamente clara e entra por vezes em conflito com o nosso idioma habitual de existência. Como dizia Quine, tanto dizemos que há números primos como dizemos que existem números primos. A nossa maneira habitual de falar parece não sancionar uma distinção entre o ser e a existência. Ou, se quisermos ser mais cautelosos, podemos pelo menos dizer que a noção meinongiana de existência não é tão clara como a noção puramente lógica de existência proveniente daquilo a que chamámos a concepção ortodoxa ou clássica. De acordo com esta concepção, existir e ser são uma e a mesma coisa: ser ou existir é ser um valor de uma variável quantificada existencialmente (no caso da existência singular, **x é ou x existe se e só se  $\exists y x=y$** ). Na medida em que as noções empregues para obter a noção clássica de existência, designadamente as noções de quantificação existencial objectual e identidade, são noções claras e bem definidas (e há toda a razão para pensar que o são, pois trata-se de noções básicas da lógica clássica), nessa mesma medida a noção clássica de existência será uma noção clara e bem definida. Não é líquido que o mesmo se possa dizer da noção meinongiana de existência.

Isto leva-nos à nossa última questão, a qual, como dissemos no início deste ensaio, nos limitamos aqui a formular. Será que é possível introduzir uma versão, ainda mais enfraquecida, da Barba de Platão na qual esta doutrina seja harmonizada com a concepção clássica de existência? Mais precisamente, será que é possível reconciliar a tese de que nomes e indexicais são termos singulares irredutivelmente não descritivos com a tese de que não há objectos não existentes, bem como com a tese de que o predicado de existência presente em frases existenciais singulares é um predicado de 1ª ordem? Poderá o problema das predicacões singulares de inexistência ser resolvido de uma forma essencialmente não meinongiana, preservando a tese de que tudo existe?

## Referências

Branquinho, J. 2005. 'Estará a Barba de Platão Mesmo Emaranhada?'. In J. Branquinho, org, *Content and Cognition. Proceedings of the Seminar Series in Analytic Philosophy 2003-4*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (no prelo)

Branquinho, J. 2003. 'In Defense of Obstinacy', *Philosophical Perspectives*, Vol. 17, *Language and Philosophical Linguistics*, 2003: 1-23.

Donnellan, K. 1970. 'Proper Names and Identifying Descriptions', *Synthese* 21: 335-58.

Kaplan, D. 1979. 'Transworld heir lines'. In M. Loux, org, *The Possible and the Actual*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Kaplan, D. 1989a. 'Demonstratives'. In J. Almog, J. Perry e H. Wettstein, orgs, *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press.

Kaplan, D. 1989b. 'Afterthoughts'. In J. Almog, J. Perry e H. Wettstein, orgs, *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press.

Kripke, S. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Mackie, J. L. 1976. 'The Riddle of Existence', *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volume*.

Meinong, A. 1960. *On the Theory of Objects*. Tradução inglesa de R. Chisholm, I. Levi e D. Terrell, in R. Chisholm, org, *Realism and the Background of Phenomenology*. Glencoe: The Free Press, 76-117.

Moore, G. E. 1936. 'Is Existence Never a Predicate?' *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volume*.

- Parsons, T. 1980. *Non-existent Objects*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Parsons, T. 1995. 'Non-existent Objects'. In J. Kim e E. Sosa, orgs, *A Companion to Metaphysics*. Oxford: Blackwell.
- Pears, D. 1967. 'Is Existence a Predicate?' In P. F. Strawson, org, *Philosophical Logic*. Oxford: Oxford University Press.
- Putnam, H. 1975. 'The Meaning of "Meaning"'. In K. Gunderson, org, *Minnesota Studies in the Philosophy of Science, Vol. 8: Language, Mind, and Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Quine, W. V. O. 1969. 'Existence and Quantification'. In *Ontological Relativity and Other Essays*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 91-113.
- Quine, W. V. O. 1948. 'On What There Is'. In *From a Logical Point of View*. Cambridge, MA: Harvard University Press. Tradução portuguesa de João Branquinho in J. Branquinho, org, *Existência e Linguagem*. Lisboa: Presença.
- Russell, B. 1905. 'On Denoting', *Mind* 14:479-93.
- Russell, B. 1956. 'The Philosophy of Logical Atomism'. In R. C. Marsh, org, *Logic and Knowledge*.
- Salmon, N. 1998. 'Nonexistence', *Nous* 32/3: 277-319.
- Van Inwagen, P. 1977. 'Creatures of Fiction', *American Philosophical Quarterly* 14/4 (1977): 299-308.